

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 12/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63230.000103/2025-42

2. Descrição da necessidade

Informações Básicas

- **OM: CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO**
- **Área requisitante:** Seção de Manutenção mecânica e Predial – Div. de Serviços Gerais – Dept. de Apoio.
- **Categoria do objeto:** Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, para atividades de manutenção predial, manutenção mecânica e higienização de sistemas climatizados para atender às necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.
- **Processo de Pregão** no sistema Tradicional, os fornecedores serão selecionados por meio do processo de licitação na modalidade Pregão, nos termos dos Art. 28, Inciso I, e art. 29, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Declaro expressamente nos autos que o objeto é serviço comum, atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014.

DA NECESSIDADE

2. Descrição da necessidade, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (obrigatório):

O presente processo de Pregão no Sistema tradicional para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, para atividades de manutenção predial, manutenção mecânica e higienização de sistemas climatizados, será realizado no modo de disputa de menor preço por item. A contratação resultará em Contrato(s).

A - A necessidade da contratação pode ser observada pelo histórico de contratos anteriores:

Esse tipo de contrato, tem como quantidades de Ordens de Serviços executadas por ano: Cerca de 2.600/2015; 3.300/2016; 5.400/2017; 4.300/2018; 2.600/2019; 3576/2020; 3484 /2021; 2219/2022 (Abr/23 a Fev/24 sem contrato); e 3.699/2024 solserv e 1.312 higienizações.

B- Por força de Lei:

Aplicação da Lei nº 13.589, de 04 de Janeiro de 2018, que versa sobre obrigatoriedade de higienização de ar condicionado.

C- Por conservação do patrimônio público:

Para o devido prolongamento da vida útil das instalações e equipamentos da União, deverá ser executado os serviços conforme descritos e especificados nos Apêndices A e B do Termo de Referência – TR.

D- Por ausência de mão de obra qualificada para essa natureza de serviço no quadro de funcionários lotados no CTMSP.

Serão elaboradas manutenções prediais e mecânicas com a finalidade de atender as necessidades da Organização Militar (OM) Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e suas OM subordinadas. Os imóveis e equipamentos atendem como estrutura militar das OMs. O objeto é imprescindíveis para atender as demandas de materiais e serviços utilizados em rotinas de apoio na esfera militar. O CTMSP concentra as demandas das OMs do complexo, pode-se afirmar que tais serviços centralizados trazem benefícios de eficiência processual para a Administração Pública.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho:

O Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), na qualidade de Organização Militar (OM) integrante da Marinha do Brasil, possui 5 (cinco) Organizações Militares (OM) subordinadas e 3 (três) OM Apoiadas, formando um grande complexo de edificações, locais onde transitam centenas de pessoas diariamente.

Em virtude da necessidade de garantir a adequação das instalações físicas frente à evolução do Programa Nuclear da Marinha (PNM) e, alinhados ao atual Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) da OM, em que está previsto a manutenção da infraestrutura administrativa e física do CTMSP, esse contrato atende integralmente às necessidades da Administração Naval e sua contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do CTMSP.

Por meio desta contratação será possível executar a modernização e adaptações das áreas e instalações sob responsabilidade do CTMSP, adequando os materiais que atinjam o término da vida útil, visando garantir a funcionalidade, a eficiência e a sustentabilidade das instalações prediais e mecânicas, mantendo as condições de habitabilidade, segurança e saúde.

O objeto deste estudo será contratado por meio de 2 (dois) Itens, os quais irão suprir a necessidade de manutenção preventiva, corretiva e inclusive emergenciais. Será a contratação realizada na forma de pregão tradicional, sob a execução indireta, e conforme especificações, condições e prazos constantes no Termo de Referência.

A necessidade premente de manutenção predial nos Imóveis justifica a busca por alternativas ágeis e eficazes de contratação, a fim de garantir a qualidade e o funcionamento adequado dos diversos imóveis. A mesma necessidade é aplicada para a manutenção dos equipamentos mecânicos, com ênfase ao trabalho de higienização para cumprimento de determinações legais, como já exposto anteriormente.

A licitação representa uma medida eficiente na gestão pública; permitirá a participação de diversos prestadores de serviços; e, garantirá a melhor escolha para a continuidade das atividades essenciais dos diversos imóveis e equipamentos.

O objeto de contratação está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constante do Catálogo Unificado de Serviços – CATSER.

Em caso de divergência entre a relação de itens e a descrição do CATSER, prevalece a descrição dos itens constantes do Termo de Referência.

Os serviços serão realizados no endereço de localização dos imóveis, e quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas no seguinte endereço: Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2468 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – Brasil, no horário das 09:00 as 15:45 em dias úteis. Cidade Universitária – São Paulo – SP – Brasil, no horário das 09:00 as 15:45 em dias úteis.

a-) Requisitos necessários ao atendimento das necessidades:

Para as atividades descritas nos Apêndices A e B do Termo de Referência – TR, é necessário mão de obra qualificada para os serviços de manutenção predial e mão de obra técnica para os serviços de manutenção mecânica e higienização (exceto ajudantes para os dois casos) e materiais básicos de consumo e de uso comum para as atividades contratadas, conforme explanado e quantificado no Apêndice C.

a1-) Para as atividades da área de manutenção civil, mecânica e higienização de sistemas:

Todos os postos, exceto Aux. de coordenação e Ajudante, devem ser qualificados através de comprovação de curso profissional na área de atuação e experiência mínima de 6 (seis) meses em carteira.

A1.1- Posto de motorista com habilitação na categoria “D”;

A1.2- Posto de eletricista com curso profissional de eletricidade;

A1.3-Auxiliar de coordenação e Almoxarife com noções de organização e métodos, levantamento de orçamentos, estatística, controle de cadastros e similares;

A1.4- Posto de supervisor; mecânico de ar-condicionado; mecânico de máquinas; soldador e eletricista, todos com curso de NR 10 e NR 35 (trabalho com eletricidade e trabalho em altura); e

A1.5- Posto de pintor, pedreiro, encanador, telhadista e ajudante, todos com curso de NR 35 (trabalho em altura).

Quadro resumo:

NR 10	NR 35	Organização & Métodos	Curso profissionalizante
Supervisor	Supervisor		
Mecânico ar condicionado	Mec. ar-condicionado		
Mecânico de máquinas	Mec. de máquinas		
Soldador	Soldador		Todos.
Eletricista	Eletricista	Almoxarife	Exceto:
	Pintor	Aux. de coordenação	Aux. de coordenação; e
	Pedreiro		Ajudante.
	Encanador		
	Telhadista		
	Ajudante		

Os requisitos de sustentabilidade constam nos itens 27 e 28 desses estudos preliminares.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Manutenção mecânica e Predial – Divisão de Serviços Gerais – Departamento de Apoio	1º Ten (RM2-EN) Thiago REIS de Almeida

5. Levantamento de Mercado

DA SOLUÇÃO

5. Levantamento de Mercado que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

Trata-se de execução de serviço comum continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, para atividades de manutenção predial, manutenção mecânica e higienização de sistemas climatizados, serviços tradicionais e comuns. O mercado tem condições de atender a esta futura contratação em sua totalidade.

Registra-se que os serviços elencados são enquadrados como serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

Considerando a natureza dessa aquisição, será adotado o Pregão Tradicional, nos termos dos Art. 28, Inciso I, e art. 29, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e conforme especificações, condições e prazos constantes no Termo de Referência.

Este processo reuniu as necessidades das referidas OMs a serem sanadas durante a vigência da contratação, conforme estabelecido no Termo de Referência. A estimativa dos valores e quantidades foi obtida a partir do levantamento preliminar das necessidades atuais, considerando a disponibilidade dos materiais e serviços existentes e as necessidades de manutenção dos imóveis, concedendo o preço de mercado, que é regulado pela tabela SINAPI, e Convenção Coletiva de Trabalho, que é o preço justo a todos os interessados na prestação dos serviços a serem realizados.

O licitante deve atentar que o valor apresentado deverá cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada e encargos sociais decorrentes (inclusive adicional de periculosidade conforme o local de execução do serviço), materiais básicos, ferramentas e equipamentos, transportes, passagens, alimentação, fretes, equipamentos de proteção individual e coletiva, máquinas ou equipamentos para execução dos serviços, limpeza do ambiente em que ocorra a prestação, e, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.

A licitação elaborada anteriormente contendo itens similares aos elencados neste processo resultou em sucesso e, portanto, será referência para esta nova contratação. Processos anteriores: 63.230.003328/2018-21; 63230.000129/2021-47 e 63230.001956/2023-30.

Preços de insumos:

Para a apuração dos custos estimados dos materiais, uniformes, Equipamentos de segurança – EPI's, Atestado Saúde Ocupacional – ASO e ferramentas, foram realizados 119 orçamentos, os quais integram a planilha de custos. Para essa pesquisa de preços, foi observada a seguinte ordem de pesquisa:

1º – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI – Foram encontrados 41 itens totalizando 41 orçamentos;

2º – Painel de preço – foram localizados 56 itens totalizando 56 orçamentos; e

3º – Preços de mercado – foram pesquisados 22 itens totalizando 66 orçamentos.

Pesquisa inicial de preço junto ao SINAPI, não sendo apurado valor, consulta seguinte ao Painel de Preços. Não sendo apurado valor junto ao Painel de Preços, consulta seguinte aos preços praticados no mercado, através de 03 orçamentos.

Para o caso de preços de mercado, foi adotada a média entre os três preços obtidos. Cabe salientar ainda que, tendo em vista que trata-se de uma licitação do tipo menor preço, onde o objeto é a prestação de serviço com mão de obra exclusiva para a manutenção, ora em vias de contratação, e que o valor desses itens em relação ao seu valor contratual é menor que 2% do total licitado, demonstra-se que as empresas participantes não terão objetivo de majorá-los por não haver elasticidade de ganho de qualquer natureza, ou seja, são valores irrisórios perante o volume final.

Esta pesquisa atende a orientação do CJU/AGU-SP, que em síntese dirige a sequência de pesquisa:

Conforme art. 5º, §1º da Instrução Normativa SEGES/ME no 65, de 7 de julho de 2021: “Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II...”, os quais são Painel de Preços e contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços...”

Salários adotados:

Está pormenorizado no Anexo IV do Apêndice C, mas, basicamente ali é descrito que foi utilizada a convenção coletiva de trabalho 2025/2026 do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO – SINTRACON-SP, a qual melhor se aplica aos cargos envolvidos.

Foi entendida como a melhor forma de assegurar a Administração Pública de que o erário está sendo resguardado.

justificativa técnica

Para a realização desses serviços no levantamento de mercado identificou-se uma série de normas relacionadas à presente contratação, em especial, normas técnicas emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as quais são estabelecidas por consenso técnico da sociedade, bem como normas regulamentadoras (NR), as quais são publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e versam sobre temas relativos à segurança e medicina do trabalho.

A norma técnica ABNT NBR 5674 estabelece os requisitos para a gestão do sistema de manutenção de edificações. Em sua introdução, encontra-se descrita a importância da temática em questão:

As edificações são o suporte físico para a realização direta ou indireta de todas atividades produtivas, e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais. É inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções (...).

Ademais, a ABNT NBR 5462 trata da confiabilidade e manutenibilidade e consiste em uma das principais diretrizes para a manutenção predial no país. Encontram-se nela definições e orientações sobre os diferentes tipos de manutenção em uma edificação e como realizá-las a fim de que sejam preservadas a integridade física de todos os públicos que frequentam um imóvel, assim como dele próprio. Dentre estes tipos, citam-se as manutenções preventiva, corretiva e preditiva.

Importante mencionar também a ABNT NBR 14037, a qual versa sobre diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção de edificações – especificamente sobre os requisitos para elaboração e apresentação de seus conteúdos. Esta norma estabelece que o programa de manutenção preventiva deve ser elaborado e que seu cumprimento contribui para o bom funcionamento da edificação. Nela também consta que é recomendado que as manutenções sejam realizadas por pessoal qualificado ou empresa especializada, conforme a anteriormente citada ABNT NBR 5674.

Tal documento também define o termo “manutenção” como:

Conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de seus sistemas constituintes de atender as necessidades e segurança dos seus usuários.

Já quanto às normas regulamentadoras, verifica-se que a Contratada deve observar as que são relacionadas à manutenção predial. Dentre as mais comumente aplicáveis estão:

- NR 01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, a qual constrói a base de todas as outras normas;
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual – EPI, que regulamenta o uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), sendo que é uma previsão da Câmara Municipal de Curitiba que a vindoura Contratada deve disponibilizá-los a sua equipe;
- NR 09 – Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, que estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, previsto na NR 01;
- NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade, a qual visa garantir a segurança e saúde dos profissionais que trabalham com as instalações e serviços elétricos;
- NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, que tem por objetivo garantir que máquinas e equipamentos sejam seguros para o uso do trabalhador;
- NR 18 – Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- NR 20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, a qual detalha regras específicas quanto à segurança e saúde no trabalho no que diz respeito ao uso de substâncias inflamáveis e combustíveis, sendo aplicável à manutenção predial, pois há geradores de energia elétrica dentro das edificações que utilizam combustível para geração de energia;
- NR 26 – Sinalização de Segurança, que fixa medidas quanto à sinalização e identificação de segurança a serem adotadas nos locais de trabalho;
- NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados, que traz requisitos mínimos para identificação de espaços confinados e o reconhecimento, avaliação, monitoramento e controle dos riscos existentes, sendo aplicável na manutenção predial, uma vez que há alguns casos em que são realizadas atividades em espaço confinado como, por exemplo, a limpeza das caixas d'água;
- NR 35 – Trabalho em Altura, a qual estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para os trabalhos em altura, os quais são prática comum nos serviços realizados pelas equipes de manutenção predial.

Análise das alternativas possíveis

As possíveis alternativas de atendimento à necessidade existente de manter a infraestrutura do CTMSP tanto preservada como adaptada às mudanças necessárias para o bom funcionamento das OMs Subordinadas.

É indiscutível que manutenções prediais precisam ocorrer, uma vez que, como bem expõe a ABNT NBR 5674, não é possível considerar edificações como produtos descartáveis, nem sob a ótica econômica, nem sob a ótica ambiental. Além disso, para manter a durabilidade destas estruturas, é necessário que tais manutenções sejam consideradas como serviço técnico, organizado em procedimentos por pessoal capacitado.

Já com o serviço manutenção predial e mecânica com pequenas intervenções, visa-se a realização de benfeitorias nos imóveis do CTMSP de forma a promover a preservação de suas condições de uso, a adição de funções extras nos bens ou a agradabilidade dos locais. Assim, demandas por reparos visando a conservação, o embelezamento e a melhora da utilidade de ambientes podem ser atendidas. Para este caso, também recomenda-se que seja executado por mão de obra qualificada.

Como situação atual no CTMSP, verifica-se que, atualmente, inexistem quadros funcionais típicos para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos já existentes na Marinha. Tampouco

há militares suficientes capacitados para realizar as atividades contempladas em manutenções prediais e mecânica, e pequenas intervenções, conforme já mencionado.

Ademais, no momento presente, encontra-se operante o atual Contrato em execução, que trata do mesmo objeto em comento neste Estudo Técnico Preliminar. Porém, sua vigência encerra ainda este ano.

Assim, depreende-se que é necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial e mecânica, e de execução de pequenas intervenções, a fim de manter a estrutura pertencente ao CTMSP conservada, além de realizar benfeitorias que sustentem o seu bom funcionamento.

Para fins de análise das soluções adotadas pela Administração Pública em relação a tal necessidade, realizou-se um levantamento de procedimentos licitatórios e de contratação direta cujo objeto é similar ou equivalente ao da demanda proposta:

Similar ou equivalente 1:

Pregão Eletrônico N° 17/2023 (Lei 14.133/2021) UASG 100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERA.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção predial com fornecimento de postos de serviços, materiais e serviços sob demanda, visando garantir a segurança e a boa condição de uso das edificações e ainda prover as adaptações de ambientes necessárias ao melhor aproveitamento das edificações, nos termos do edital e dos seus anexos.

Vigência: 28/12/2023 a 28/12/2025

<https://pncp.gov.br/app/editais/00531954000120/2023/59>

Similar ou equivalente 2:

Pregão Eletrônico N° 4748/2023 (Lei 14.133/2021) - UASG 158154 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Contratação de serviços continuados de manutenção predial com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de mão de obra eventual (volante) e fornecimento de peças e materiais de reposição para o Câmpus Itaquaquecetuba do IFSP

Vigência: 08/01/2024 a 08/01/2025

<https://pncp.gov.br/app/editais/10882594000165/2023/314>

Similar ou equivalente 3:

Pregão Eletrônico N° 47/2023 (Lei 14.133/2021) - UASG 70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

Prestação de serviços de manutenções prediais preventivas e corretivas nos prédios de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Vigência: 04/01/2024 a 04/07/2026

<https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2023/1651>

Em relação à modalidade de Manutenção Predial, na pesquisa direcionada às contratações públicas, observou-se a preponderância na contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, bem como o procedimento Auxiliar de Sistema de Registro de Preços.

Verificou-se que a utilização da contratação é comum para manutenções e serviços de pintura, adaptações de locais específicos e reformas pontuais com escopo definido, bem como para aquisição de materiais diversos ligados à construção civil destinados à manutenção predial.

Em resumo, analisando as contratações de outros órgãos públicos cujo objeto é similar, os seguintes modelos foram identificados, considerando uma categorização abrangente:

- Contratação pontual para manutenção predial com escopo definido;

- Registro de Preços para eventual e futura contratação de manutenção predial;
- Contratação de serviços de manutenção predial contínua.

Considerando a realidade e a dimensão de grandeza do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), na qualidade de Organização Militar (OM) integrante da Marinha do Brasil, possui 5 (cinco) Organizações Militares (OM) subordinadas e 3 (três) OM Apoiadas, formando um grande complexo de edificações, local onde transitam milhares de pessoas diariamente.

Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); Centro de Desenvolvimento de Submarinos (CDSUB); Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de Aramar (BtlDefNBQRAramar); Centro de Coordenação de Estudos da Marinha em São Paulo (CEMSP); Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo (CeITMSP); Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA); Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM); Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM).

Contando com demandas frequentes pelos serviços em comento, não se vislumbra como opção viável a sua contratação pontual, uma vez que se verifica a continuidade ao longo do tempo dessa necessidade a ser executada de forma indireta.

Também não se vê como interessante a escolha pelo registro de preços, uma vez que sua utilização aparenta ser mais frequente nos casos de aquisição de materiais diversos para a manutenção e em que os serviços ocorrem em vários locais pertencentes a um mesmo órgão, e estes serviços de manutenções serão para a SEDE do CTMSP e OMs apoiadas.

Dessa forma, restou-nos analisar a possibilidade e a conveniência da prestação de serviços de manutenção predial e mecânica a ser realizada de modo contínuo. Vislumbra-se que o objeto em questão pode ter natureza contínua, pois os serviços de manutenção predial e mecânica, incluindo pequenas intervenções, oferece suporte ao funcionamento das atividades do CTMSP, enquadrando-se como necessidade permanente ou prolongada do CTMSP. Tal enquadramento reflete a permanência dessa necessidade a ser atendida por meio de contrato com empresa especializada.

Nesse mesmo sentido, verificou-se no levantamento de procedimentos licitatórios realizado, a preferência por contratos mais longos quanto ao objeto em comento, contendo a duração maior do que um exercício financeiro. Tal possibilidade é concedida pela Lei nº 14.133/2021 em seus artigos 106 e 107, especificamente. O artigo 106 determina que os contratos poderão ter até 5 (cinco) anos no caso de serviços e fornecimentos contínuos, desde que observadas condições como maior vantagem econômica e existência de créditos orçamentários. Já o artigo 107 da mesma lei estabelece que:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Dessa maneira, considerando tais hipóteses previstas em lei, constatou-se que a vigência plurianual tende a ser mais vantajosa por proporcionar a redução de processos internos para a contratação frequente deste mesmo serviço, uma vez que sua demanda é ininterrupta, o que geraria redução no custo administrativo. Ademais, a maior duração do contrato tende também a gerar economia de escala, pois seu valor total se torna mais atrativo aos fornecedores, até mesmo em se tratando de descontos, quando em comparação a somente um ano de prestação de serviços.

Em outro ponto de análise para a contratação, existe a possibilidade de incluir no mesmo contrato dos serviços em questão o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva ou não, assim como prever ou não o provimento de materiais, ferramentas e equipamentos utilizados nas manutenções e intervenções. Assim, restou-nos comparar as alternativas referentes à prestação de serviços de manutenção predial contínua.

De acordo com a área requisitante, a aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos em processo licitatório apartado seria inviável devido à dificuldade de previsão dos itens necessários no desempenho das atividades, tanto em relação a que tipo de produto precisaria ser adquirido, quanto em relação à quantidade solicitada de cada produto, visto que ambas as decisões se baseiam em conhecimentos técnicos e práticos relativos aos serviços em questão. Outro ponto desfavorável a essa ideia seria a necessidade de uma gestão de estoque, que se tornaria mais uma atribuição a ser realizada internamente, demandando tempo dos militares, que poderia ser melhor utilizado em outras funções. Dessa forma, entende-se como possível e coerente firmar um contrato de serviços que já incluía o fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos por parte da empresa contratada, conforme discriminado na planilha de custos e formação de preços.

Sendo assim, resta a definição sobre a melhor forma de contratar a mão de obra necessária à realização dos serviços. Segue abaixo síntese de vantagens e desvantagens acerca das possíveis soluções acerca do tema:

Solução 1 - Contratação de serviços contínuos de manutenção predial **COM** dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todo o material, ferramentas e equipamentos necessários, da planilha discriminada.

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">- Resposta rápida a emergências;- Equipe interna com entendimento mais profundo da cultura, valores, processos e missão do CTMSP e OMs apoiadas; - Maior facilidade na retenção de conhecimento sobre as instalações prediais da CTMSP e OMs apoiadas;- Um órgão com milhares de militares e civis como o CTMSP se beneficiaria da flexibilidade e adaptabilidade concernentes à realização de serviços a qualquer momento e com possibilidade de interrupções com rápido retorno às atividades;- Atendimento ágil e contínuo em períodos de alta frequência de demandas;- Possibilidade de redução de prazo para atendimento das demandas das SOLSERVs;- É justificável uma equipe interna devido a altas demandas internas e dimensões de grandeza do CTMSP; - Contato facilitado com a Contratada.- Devido a natureza excepcional do contratante CTMSP, Organização Militar estratégica, participante direta do desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro e ainda, em virtude das Normas Internas de governança, deve ser contínuo e imediato o atendimento em grande parte das estruturas físicas e atendimentos imediato SOLSERVs, o risco de atrasos é diminuído com pessoal interno.- Apesar de complexa a fiscalização contratual o CTMSP dispõe de profissionais já com conhecimento e experiência para controlar a mão de obra alocada e na verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela empresa contratada;- O CTMSP dispõe de espaço para ocupação de nas dependências, para armazenamento dos materiais e também do pessoal terceirizado;- Em virtude das Normas Internas de governança, as quais são aplicadas a todos os servidores militares e civis, requer-se a apresentação, atestado negativo de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra, o que inviabiliza no caso de não serem terceirizados frequentes contínuos ou “exclusivos” ao CTMSP.- Conforme a Circular nº 25/2025, da SGM, somente processos com dedicação exclusiva de mão de obra poderão ser prorrogados, com o limite máximo prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, e por se tratar de um serviço contínuo e essencial, e altamente complexo o processo de formação e confecção da licitação e contratação, ora demanda tempo de custos de homem-hora para análises dar o devido processo legal, torna-se altamente vantajoso para o CTMSP manter o processo nos moldes atuais com dedicação exclusiva de mão de obra.	<ul style="list-style-type: none">- Complexa fiscalização contratual do CTMSP, focada na mão de obra alocada e na verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela empresa contratada;- Necessidade de maior controle na aferição das propostas (inclusive, com planilha de custos apropriada);- Risco de responsabilizações previdenciárias e trabalhistas em detrimento da Administração Pública em caso de possível descumprimento das obrigações por parte da Contratada;- Ocupação de espaço nas dependências do CTMSP.

Solução 2 - Contratação de serviços contínuos de manutenção predial **SEM** dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todo o material, ferramentas e equipamentos necessários, da planilha discriminada.

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">- Redução do esforço de fiscalização da CTMSP quando se comparada à opção de contratação com dedicação	<ul style="list-style-type: none">- Tempo de deslocamento entre o escritório da Contratada e o CTMSP poderá causar atrasos no atendimento;- Prazos para atendimento maiores de forma a permitir o deslocamento da Equipe.- Esforço da fiscalização quanto ao planejamento de realização dos serviços necessários em todas as áreas do CTMSP, de forma que a terceirizada não seja constantemente acionada no momento oportuno;- Possível interrupção das atividades nucleares do CMTSP, devido a

<p>exclusiva de mão de obra;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhor custo-benefício em atendimentos esporádicos, mas não é aplicável para o CTMSP, que utiliza a totalidade dos serviços contratados, devido a experiência colhida nos últimos anos e conforme o IMR detalhado nos apêndices do TR; - Possível descumprimento das obrigações da Contratada não implica responsabilização nas áreas previdenciária e trabalhista para o CTMSP; - Fiscais do contrato terão mais liberdade para cuidar de outros assuntos comparativamente aos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. 	<p>terceirizados com dependências externas, e problemas que precisa ser sanado, levando-se em consideração o prazo de atendimento estabelecido, ora imediato, em grande parte dos serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Devido a grandeza física e territorial do CTMSP o controle das atividades de manutenção predial e mecânica se tornariam ainda mais onerosas, por precisar dedicar ainda mais atenção por não serem empregados terceirizados contínuos exclusivos, exigirá dispensar muito tempo para explicar a complexidade da atividade desenvolvida no CTMSP, e a forma de condução exigida em ambientes militares e de assuntos sigilosos. - Em virtude das Normas Internas de governança, as quais são aplicadas a todos os servidores militares e civis, requer-se a apresentação, atestado negativo de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra, o que inviabiliza no caso de não serem terceirizados frequentes contínuos ou "exclusivos" ao CTMSP. - Conforme a Circular nº 25/2025, da SGM, deverão ser formalizados com o prazo máximo de vigência de 24 meses, incluindo possíveis, aditivos de tempo, sem possibilidade de novas prorrogações, e por se tratar de um serviço contínuo e essencial, e altamente complexo o processo de formação e confecção da licitação e contratação, ora demanda tempo de custos de homem-hora para análises dar o devido processo legal, torna-se altamente vantajoso para o CTMSP manter o processo nos moldes atuais com dedicação exclusiva de mão de obra.
---	---

Com a análise das vantagens, depreende-se que o esforço relacionado ao funcionamento do contrato firmado e o risco do CTMSP, se mostram menores em uma contratação que envolva dedicação exclusiva de mão de obra. Com o estabelecimento de prazos para início de execução dos serviços demandados, bem como de um Instrumento de Medição de Resultado (IMR) eficaz, que possa ser utilizado pela fiscalização encarregada ao contrato, tem-se o entendimento de que é possível que a contratação de empresa especializada em manutenção predial e mecânica se realize COM dedicação exclusiva de mão de obra, nos mesmos moldes do atual contrato em andamento.

Como o CTMSP não dispõe em seu quadro funcional servidores civis e militares aptos a executar os serviços de manutenção predial e mecânica, será necessária a adoção do regime de execução indireta, no qual a Administração Pública os contrata com terceiros.

6. Descrição da solução como um todo

<p>6. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;</p>
<p>Serão realizados serviços de manutenção predial, manutenção mecânica e higienização de equipamentos climatizadores, evitando maiores danos às suas respectivas edificações, bem como a seus diversos equipamentos, com tratamentos e possíveis patologias que serão apresentadas no decorrer do ano para execução dos decorrentes serviços apresentados nos planos de manutenção e higienização.</p> <p>São serviços comuns, nos quais não se enquadram serviços de engenharia. São serviços comuns, os quais podem ser operados como manutenção de material desgastado pelo processo temporal ou por desgaste de uso.</p> <p>O valor estimado do processo de licitação para a realização das contratações será de até R\$ 6.454.312,25 (4.154.401,91 (manutenção predial) + 2.299.910,34 (manutenção mecânica e higienização)), podendo ser alterado nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando o lastro orçamentário existente no presente exercício no ano de 2025.</p> <p>O valor estimado no subitem anterior será utilizado conforme contratação dos serviços até seu limite anual.</p>

A solução encontrada é a licitação na forma de pregão tradicional, que preencher os requisitos do Edital de Pregão eletrônico.

A habilitação dos interessados na licitação para a prestação dos serviços objeto deste estudo se dará conforme definido no Edital de Pregão, sendo que este deverá conter, no mínimo, os itens definidos no art. 18º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

O Edital de Pregão definirá o procedimento para realização da contratação, que se dará pela assinatura do contrato, sendo que este deverá conter, quando cabível, os itens definidos no art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Deverá ser elaborado o Termo de Referência, nos termos de art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O modelo de execução dos serviços, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.

O modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo CTMSP, inclusive os critérios de medições e pagamentos.

Os resultados são respaldados nos apêndices do Termo de Referência, onde é pretendido uma apresentação zelosa do cuidado do CTMSP com o erário, com a conservação dos bens públicos, com a segurança de suas instalações, com a segurança de seus trabalhadores e a confiabilidade na execução e no tratamento dos serviços contratados.

Os bens objeto da contratação estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Serviços - CATSER do SIASG. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

A solução apresentada é realizar um contrato de prestação de serviço com mão de obra exclusiva, embora trabalhosa para os fiscais, esta modalidade se justifica pelo quantitativo de equipamentos e prédios a serem mantidas. Além desse argumento, é uma forma que facilita para a Segurança Orgânica o controle dos funcionários contratados aos acessos das instalações, tendo em vista que a rotatividade de mão de obra é muito reduzida nessa modalidade de contratação. Os Apêndices A e B evidenciam muito bem a carga horária para manutenção e sua distribuição entre o número de trabalhadores. Evidencia também a qualidade dos serviços que devem ser obtidos com a execução das atividades contratadas e a suas formas de execução.

Requisitos necessários ao atendimento das necessidades:

Os serviços terceirizados pretendidos nesta contratação necessitam ser executados por funcionários com habilidades específicas, que atendam a legislação em vigor, e conforme o disposto na IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes;

Devido a natureza excepcional do contratante CTMSP, Organização Militar estratégica, participante direta do desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro e ainda, em virtude das Normas Internas de governança, as quais são aplicadas a todos os servidores militares e civis, requer-se a apresentação, quando solicitado pela Administração, atestado negativo de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, bem como a Ficha Cadastro de Funcionários, conforme modelo a ser indicado pela Contratante.

Obrigações da Contratante: Conforme estabelecidos no modelo de Termo de Referência da AGU.

Obrigações da Contratada: além das estabelecidas no modelo de Termo de Referência da AGU:

- Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas e em seu entorno;
- Dotar o local de execução dos serviços com equipamentos de proteção coletiva e individual (EPC e EPI) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do CTMSP.
- Facilitar a ação da fiscalização na inspeção da execução dos serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, seja de ordem técnica ou administrativa;
- Proteger os móveis e objetos existentes, de modo a evitar danos no local de execução dos serviços;
- Adotar boas práticas para redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

O referido processo de contratação de serviço comum, abrange serviços comuns em que não se aplica a necessidade de uma transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnológica e/ ou técnicas empregadas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (obrigatório):

a) Definição e documentação do método para definir os quantitativos a serem contratados:

Mão de obra: O método utilizado para o cálculo partiu de dois parâmetros:

- 1- Volume da demanda por tipo de serviço; e
- 2- Tempo necessário estimado para o serviço por tipo de profissional.

Definido esse ponto, os saldos que porventura ocorrerem dentro de cada demanda e tipo de profissional, são acumulados para uso em outra atividade correlata ou em casos fortuitos, ex: – quebra de equipamento não previsto. Todas as considerações e cálculos das estimativas dos quantitativos encontram-se nos Apêndices A e B do Termo de Referência – TR.

Material: Os materiais básicos estão demonstrados no Apêndice C – caderno 06/07. Seus quantitativos estão baseados em estudos dos consumos dos últimos 5 anos. Foi levado em consideração o menor número de tipos de material e sua mínima quantidade possível por mês. Foi observado também, a estreita relação entre o material, o serviço e o profissional disponível, ou seja: Não adianta comprar material em quantidades que o tempo homem disponível seja inferior ao consumo do material.

b) Histórico de informações das contratações anteriores:

b.1- Mão de obra:

Não aplicável. Muito embora as atividades são as mesmas ano após ano, as quantidades aumentam face a agregação de mais equipamentos e/ou ampliação das instalações.

O que pode constar como histórico é o fato dos contratos anteriores terem sempre alcançado seus objetivos, ou seja, a Administração foi atendida de forma satisfatória em todos os contratos anteriores e como consequência, os bens patrimoniais estão preservados.

b.2- Materiais de consumo:

Coletânea de 56 meses de compra de alguns poucos materiais básicos comuns e pequenos serviços, onde essas aquisições tiveram caráter de improvisação por indisponibilidade do insumo no almoxarifado para execução dos serviços. Apêndice C.

c-) Memorial de cálculos dos quantitativos:

Para a mão de obra, encontram-se nos Apêndices A e B.

Para materiais básicos encontram-se no Apêndice C.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.454.312,25

8. Estimativa do Valor da Contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (obrigatório):

A estimativa de preços está em conformidade com a Instrução Normativa 5º, de 26 de maio de 2017, do MPDG, e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e de acordo com os preços de mercado, havendo compatibilidade dos quantitativos e dos custos com o projeto, tendo sido feita uma análise crítica a fim de evitar disparidades entre os preços coletados.

a-) Metodologia para estimativa dos valores salariais:

Os salários foram apurados através da utilização da convenção coletiva de trabalho 2025 /2026 do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO – SINTRACON-SP, a qual melhor se aplica aos serviços e cargos envolvidos, com base na CBO (classificação brasileira de ocupações).

b-) Metodologia para estimativa dos valores dos postos de trabalho:

Os valores apurados para cada posto de trabalho, levou em consideração:

b1- custos salariais – caderno 03/07;

b2- uniformes e Equipamentos de Proteção Individuais – EPI's – caderno 04/07;

b3- custos de exames médicos – ASO e benefícios – caderno 05/07;

b4- insumos e ferramentas – caderno 06/07 e 07/07; e

b5- tributos e laudo de periculosidade – Anexo I do Apêndice C.

A demonstração, parâmetros e cálculos encontram-se na planilha “Custo Estimado” no Apêndice C – caderno 01/07 à 07/07 do TR.

Também foi levado em consideração os seguintes parâmetros por similaridade:

Parâmetro I: base do banco de dados do SINAPI, que é o preço justo de mercado, o procedimento licitatório sob o menor preço, seguindo o ritual do Sistema licitação da Lei 14.133/21 e Conforme o art. 3º, caput, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: "O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de pregão menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referências do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e SICRO3, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil", poderá ser utilizadas outras tabelas de domínio público para itens que não constem na SINAPI, como exemplo a tabela EDIF.

Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>, utilizando por base e partir dos filtros: Ano da contratação, Unidade de fornecimento, UASG, Modalidade de contratação, Especificação do serviço. Não existem itens do orçamento neste parâmetro.

Parâmetro II: contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da pesquisa de preços. Não existem itens do orçamento neste parâmetro.

Parâmetro III: pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso. Para alguns itens do orçamento que não constam na base do banco de dados do SINAPI, foi consultada a base do banco de dados do EDIF que realizam uma ampla pesquisa de preços e atualizam os valores de insumos e de composições mensalmente.

Parâmetro IV: pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. Para os itens que não constam na base do banco de dados do SINAPI, nem do Informativo SBC ou CPOS, foram consultadas no mínimo 3 (três) empresas para compor o valor de referência.

Justificativa: Diante dos argumentos supramencionados e tendo como referência o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, a contratação de empresa especializada para a execução do objeto, foi baseada nos parâmetros I e CCTs.

A estimativa de preços será detalhadamente exposta no anexo do TR.

Os preços dos serviços serão definidos por tabela SINAPI e CCTs que é o preço justo de mercado e que definirá o valor de cada serviço a ser contratado.

O preço do serviço definido pelo CTMSP e seu memorial de cálculo observará os parâmetros e as metodologias próprias de estimativa de preço da Administração Pública, devendo constar como anexo do Termo de Referência.

Poderão ser utilizados métodos ou outros critérios devidamente justificados, a partir de composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços, bem como base em custos e índice do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI – disponível no sítio da Caixa Econômica Federal, para o Estado de São Paulo com inclusões do BDI, para quando o item não estiver disponibilizado na SINAPI.

Considerando os dados informados nos subitens anteriores e que os preços dos serviços serão definidos pelo CTMSP por tabela SINAPI, justifica-se técnica e economicamente a indicação do procedimento de licitação, para as contratações ora em estudo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução (obrigatório):

Optou-se pela subdivisão em 2 ITENS, levando em consideração o local de execução e tipo dos serviços. Desta forma, poderão ser contratadas empresas, que sofrerão gestão e fiscalização individualizadas. Observa-se que cada item possui um rol individual dos serviços passíveis de serem executados. Do ponto de vista funcional, torna-se impraticável a contratação individualizada de todos os serviços, que são interdependentes, já que o adimplemento de uma possível atividade poderia inviabilizar a execução de outros serviços correlatos. Assim, garante-se que a aferição dos serviços ocorra sem conflitos de responsabilidades entre os executores.

Neste ponto, o parcelamento além do estabelecido neste instrumento, acarretaria na possibilidade de comprometimento na qualidade e nos prazos de execução, além da possibilidade do surgimento de incompatibilidades entre os sistemas prediais, acarretando o efeito “dominó”, ou seja, uma contratada poderia impactar as atividades de outra.

Há de se considerar ainda, que, caso seja dividido o objeto em parcelas menores, o parcelamento necessitaria de uma equipe de interface entre as contratadas para cada divisão criada, gerando aumento no volume do serviço administrativo interno e, conseqüentemente, da sua mão de obra. Por fim, pode-se afirmar que o parcelamento do objeto elevaria os preços para a administração pública, pois, além dos problemas de coordenação explanados, para cada divisão seria gerado um contrato e acrescidos os custos indiretos, não seria vislumbrada a chamada “economia de escala” neste caso.

“Súmula Nº 253/2010 Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens”.

Caberá a utilização do processo de licitação, quando for indiferente para a Administração a identidade do particular a ser contratado. Assim, desde que atendidos todos os requisitos exigidos, qualquer particular poderá executar o objeto pretendido.

Para esta contratação adotamos o parcelamento da solução por ser economicamente viável pela aos licitantes com os preços da SINAPI e CCTs, e devido a ampla competição a todos e por não interferir na qualidade técnica dos serviços.

O objeto será parcelado em dois itens, conforme explanados nos Apêndices A e B, e no Objeto do Termo de Referência – TR. Trata-se de serviços comuns e desta forma, parcelar além do exposto não geraria nenhum tipo de vantagem para a Administração. Para as empresas que competem nesse segmento, esse parcelamento apresentado é o ideal para ampla concorrência, vide todos os contratos anteriores, não ocorreu restrição de mercado e sempre houve ampla disputa na licitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes:

Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (demonstrativo da previsão da contratação no Programa de Aplicação de Recursos (PAR), de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumentos de planejamento do órgão ou entidade):

Declaramos que, com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) e está alinhado ao Planejamento Estratégico do Órgão (PEO).

O presente processo de licitação para na forma de sistema licitação enquadra-se nas hipóteses de conveniência da contratação dos serviços.

CATSERs: 1627 e 2801.

A contratação pretendida está alinhada com o Planejamento Anual de Contratações do CTMSP e com o Programa de Aplicação de Recursos (PAR) da OM de 2025.

12. DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIDAS PELA CJU/

DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIDAS PELA CJU/CJACM

12. Justificativa para participação exclusiva de ME/EPP ou não:

Será estabelecida a ampla participação de empresas no presente licitação, dividida em 02 itens, e a divulgação seguirá o tramite do Modelo de Edital Pregão Lei 14.133 (Set/2025), <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>.

A solução encontrada é a licitação de pessoa jurídica que preencher os requisitos do Edital de Pregão, com limites para o quantitativo de até dois fornecedores, sendo um para cada item.

A habilitação dos interessados no Pregão para a prestação dos serviços objeto deste estudo se dará conforme definido no Edital de Pregão.

13. Justificativa para vedação de partic

13. Justificativa para vedação de participação de Cooperativas ou não:

Não haverá permissão de cooperativas, pois segundo a Súmula nº 281 do TCU se, pela natureza da atividade ou pelo modo como é usualmente executada no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem assim de pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados.

Segundo o TCU se, pela natureza da atividade ou pelo modo como é usualmente executada no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem assim de pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados.

14. Justificativa para permissão de empresa

14. Justificativa para permissão de empresas reunidas em consórcio ou não:

Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio. No caso presente, nada há no objeto, em termos de dimensão, vulto ou complexidade, ou mesmo alguma circunstância específica, que limite a competitividade de empresas isoladas, tendo em vista que:

- Empresas que possuem esse know-how, na hipótese de consórcio, podem se agrupar e, assim, reduzir-se-ia a competitividade e, eventualmente, acarretar prejuízo ao certame (com propostas menos vantajosas); e
- Empresas que podem fornecer esse objeto possuem capacidade, por si próprias, de concorrerem individualmente.
- Conclui-se então, que a autorização da participação de empresas reunidas em consórcios não ampliaria a competitividade, pelo contrário, em virtude de contratações semelhantes anteriormente realizadas pelo CTMSP, para o mesmo fim, observou-se que a não associação entre os particulares incrementa a disputa, razão pela qual se sugere a manutenção desta restrição prevista no Edital. Essa linha de ação converge inclusive para se contar com a melhor proposta para a União.

Soma-se a isso, que não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio em virtude de serem serviços comuns e muitas ordens de serviço com valor baixo, não sendo necessário as empresas se reunirem para participar desse processo de licitação.

Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio, pois tratam-se de bens comuns com valores baixos e com uma gama alta de empresas do ramo de atividades. Portanto, não há interesse das empresas em reunir-se para participar de tal certame.

A Lei n. 14.133/2021 não proíbe, tampouco exige, a participação de empresas consorciadas, apenas estipula certas condições caso haja tal permissão. Mas o mesmo diploma legal veda a existência de cláusulas ou condições, nos atos de convocações, que comprometam, restrinjam ou frustrem seu caráter competitivo. O juízo para aceitação ou proibição de consórcios depende de cada situação específica. Há casos, como assinalado por Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativo, Dialética, 5ª edição, em que a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. Outros há em que as dimensões e a complexidade do objeto, ou as circunstâncias concretas, fazem com que a associação amplie a competitividade do certame. Portanto, trata-se de uma questão que varia de caso a caso, mas percebe-se que não existe a patente obrigatoriedade de se excluir ou incluir a opção por consórcios.

No caso presente, nada há no objeto, em termos de dimensão, vulto ou complexidade, ou mesma alguma circunstância específica, que limite a competitividade de empresas isoladas, tendo em vista que:

- Empresas que possuem esse know-how, na hipótese de consórcio, podem se agrupar e, assim, reduzir-se-ia a competitividade e, eventualmente acarretar prejuízo ao certame (com propostas menos vantajosas);
- Empresas que podem fornecer esse objeto possuem capacidade, por si próprias, de concorrerem, individualmente;

A exclusão de participação de empresas reunidas em consórcio foi adotada neste pregão, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente edital foi elaborado com foco em objeto comum e de rotina para o CTMSP, consignou-se a vedação de consórcio.

15. Justificativa para permissão de subcontr

15. Justificativa para permissão de subcontratação do objeto:

Não será admitida a subcontratação.

16. qualificação técnica na habilitação

16. Justificativa para exigências de qualificação técnica na habilitação, quando for o caso:

Qualificação Técnica

Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

17. Garantia do Serv e Garantia da Contrataç

17. Justificativa para exigência de Garantia do Serviço e Garantia da Contratação, quando for o caso (para serviço):

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

18. Assistência Técnica

18. Justificativa para exigência de Garantia, manutenção e assistência Técnica e Garantia da Contratação, quando for o caso (para aquisição):

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

19. Definição de reajuste, quando houver:

19. Definição de reajuste, quando houver:

1. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para insumos tais como: uniformes, materiais de consumo, EPI's, exames médicos e outros. A empresa terá direito a repactuação, após o interregno de um ano, por alterações por dissídio em sua CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) nos itens que influenciarem sua proposta, bem como alterações de valores em transportes públicos, a qualquer tempo em que ocorrerem.

20. Enquadramento do objeto

20. Se a licitação for executada com o procedimento do Sistema de licitação, efetuar o enquadramento do objeto com base no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023:

- Processo de Pregão Tradicional.

21. Execução e vigência da contratação

21. Apresentação dos prazos máximos de execução e vigência da contratação:

O prazo de execução do objeto da licitação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos e terá início a partir da data de assinatura do Contrato.

O prazo de vigência da contratação é de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) dias corridos, englobando o prazo de execução (entrega do objeto), o período de recebimento e o de pagamento, contados da data de assinatura do Termo de Contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

22. Local de Execução

22. Apresentação do local de execução e/ou fornecimento:

Os serviços serão executados:

- Local de execução do serviço: Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.
- Endereço: Avenida Prof. Lineu Prestes, 2468 - Cidade Universitária – São Paulo – Capital.
- CEP: 05508-000

23. Atividade de custeio:

23. Justificativa do enquadramento ou não do objeto como atividade de custeio:

Conforme Portaria ME nº 7.828/2022, os itens a serem adquiridos por meio dessa contratação são classificados como custeio.

Programa: 6012.

Ação: 14T7.

Ação Interna: U499MNO.

Elemento de Despesa: 339039.16

24. Análise jurídica da CJACM OU CJU/SP

24. Justificativa para encaminhamento do processo para análise jurídica da CJACM OU CJU/SP

Conforme características e aplicações do objeto, o presente processo diz respeito a Despesa de Custeio, por se tratar de um “Serviço de Terceiros” em consonância com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, devendo ser analisado pela CJU; e

25. Benefícios a serem alcançados com a contratação

DO PLANEJAMENTO
25. Benefícios a serem alcançados com a contratação (demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis):
<p>Dentre os benefícios diretos e indiretos almejados com a contratação por meio da licitação destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">a. O objeto foi dividido em Itens, deixando, oportunamente, a possibilidade dos licitantes participarem dos dois itens, todos ou um só de acordo com suas possibilidades, seguindo o critério de vantajosidade em relação a sua propostas para a realização dos serviços.b. Economicidade: a adoção de preços referenciais da SINAPI e CCTs visa proporcionar uma contratação mais segura e econômica, além de reduzir riscos de conluio na licitação, sobrepreço e, possivelmente, superfaturamento.c. Eficácia: a contratação dos fornecedores permitirá aos licitantes e administração o atendimento de suas necessidades, de acordo com o planejamento realizado.d. Eficiência: centralização de processo de licitação que se traduz em melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros. <p>Esta equipe de planejamento considera que é dever do Gestor Público promover uma contratação eficiente e eficaz, viabilizando atingir as atividades que são vinculadas a área fim dos Órgãos, assim, uma boa contratação é aquela que atinge os princípios da eficiência, economicidade, legalidade, impessoalidade, transparência, igualdade, dentre outros.</p> <p>Os resultados são respaldados na necessidade da contratação, onde é pretendido uma apresentação zelosa do cuidado do CTMSP com o erário, com a conservação dos bens públicos, com a segurança de suas instalações, com a segurança de seus trabalhadores e a confiabilidade na execução e no tratamento dos serviços contratados.</p> <p>Este processo reuniu as necessidades de adequações físicas dos imóveis disponíveis no CTMSP, frente a evolução do PNM, mediante a contratação de mão-de-obra especializada, com o fornecimento de material conforme descrito, que será acionada mediante demanda interna, evitando que a força de trabalho fique ociosa e sem necessidade de estocar os materiais e equipamentos utilizados para a realização do serviço contratado.</p> <p>Considerando e respaldado pela jurisprudência e pela legislação vigente, atende aos princípios da administração pública, como eficiência, legalidade, impessoalidade, igualdade e publicidade.</p>

26. Providências a serem Adotadas

26. Providências a serem Adotadas (pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual):
--

As providências sobre as adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação serão tomadas, caso a caso, considerando que:

- Os serviços a serem executados não demandam relevantes adaptações no ambiente do órgão, na maioria dos casos, por serem de pequena monta.
- Para a dinâmica de trabalho, será considerado uma fila de prioridades, a partir da emissão de uma OS, conforme Apêndice do TR, em que estará discriminado o cronograma de execução de cada serviço.
- Após a análise da OS específica do serviço, será verificada a adequação pertinente do ambiente, situação que será tratada pela equipe técnica da Contratada e pela equipe de fiscalização, considerando o local de realização do serviço.
- Caso seja necessário alterar as rotinas de trabalho, será de responsabilidade da equipe de fiscalização e do encarregado do local/sala onde serão executados os serviços dar ampla divulgação aos usuários, visando mitigar transtornos administrativos ou desconfortos de qualquer natureza.

Registra-se a necessidade de designação da Comissão de Contratação como responsável pelo exame e julgamento dos documentos de habilitação dos interessados, nos termos do art. 6º do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

Registra-se, ainda, a necessidade de criação de e-mail institucional (ctmsp.pregao@marinha.mil.br) ou outro, para inclusão dos membros da Comissão de Contratação, com o objetivo de possibilitar as atividades da comissão.

Recomenda-se a capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto.

27. Possíveis Impactos Ambientais

27. Possíveis Impactos Ambientais (descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável):

Além das orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e, fim atender as recomendações para adoção de critérios e práticas sustentáveis, será exigido:

- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Será exigido do fabricante, a inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF) para os casos de fornecimento, conforme Apêndice C – caderno 06/07:

- a. Código 15-10: Fabricação de tintas, esmaltes, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes.
- b. Código 20-02: Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais.

(IN 06/13 e IN 11/18 – IBAMA)

Natureza do serviço (SERVIÇO COMUM)

O serviço é de natureza continuada, e atende à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades fins do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Os serviços são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, atendendo ao artigo 14 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Desta feita, podem os serviços ser contratados nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Práticas de sustentabilidade

As práticas de sustentabilidade observadas para esta contratação observam as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Quando cabível, a empresa contratada deverá:

- Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de que gerem ruído no seu funcionamento;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, em consonância com o já praticado pelo CTMSP; e
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Além disso, os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação a determinados materiais (lâmpadas e componentes eletrônicos, tintas, solventes, etc.), bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

Para tanto, estão incluídos como obrigação da contratada, no Termo de Referência e Edital, critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema, por exemplo:

- A Contratada deverá observar os termos da Lei nº 15.121/2010, do município de São Paulo /SP, para descarte de recipientes ou materiais ali mencionados, bem como será exigido CTF (inscrição no Cadastro Técnico Federal) do fabricante, apenas para material/peça/reparo dos elementos que se enquadram na norma, conforme IN 06/13, por ocasião da aquisição do material ou serviço.
- A Contratada também deverá observar, no que couber, as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05 /07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de 19/01/2010.

28. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) do IBAMA

28. Definição do código e sua respectiva descrição do registro no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) do IBAMA ou justificar a opção pela não obrigatoriedade do CTF para o objeto:

Este item é um pré-requisito do guia de licitações sustentáveis da AGU e constatou-se através de consultas ao IBAMA e ao citado guia que o licitante não é obrigado à inscrição no CTF/APP. Apenas grandes obras de infraestrutura trazem a exigência.

O CTF do IBAMA não será exigido dos fornecedores desta licitação mas se faz necessária aos fabricantes de bens, uma vez que os fornecedores adquirem itens para seus estoques de diversos fabricantes. Portanto, devem os fornecedores solicitar aos fabricantes o cumprimento das recomendações descritas no tópicos, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia-Geral da União:

Será exigido do fabricante, quando o caso a inscrição no Cadastro Técnico Federal (CTF) para os casos de fornecimento, conforme Apêndice C – caderno 06/07:

- a. Código 15-10: Fabricação de tintas, esmaltes, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes.
- b. Código 20-02: Exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais. (IN 06 /13 e IN 11/18 – IBAMA)

29. DA VIABILIDADE

29. Declaração de Viabilidade (posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina):

Com base nos elementos anteriores apresentados por este Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade desta futura contratação.

Pelo o exposto no presente estudo técnico preliminar, considerando o contexto específico dos imóveis e as necessidades particulares dos imóveis do CTMSP, verifica-se que a adoção da licitação se apresenta como uma escolha estratégica e fundamentada para otimizar os processos de contratação e garantir a efetividade na prestação dos serviços de manutenção predial e mecânica nos diversos imóveis.

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação do objeto demandado, mediante processo de Sistema licitação, através das informações constantes neste instrumento.

Não serão necessárias adequações ao ambiente do órgão, visto que trata-se de serviços continuados onde este tipo de contrato foi implantado a algum tempo.

Não será discutido aqui a questão de segurança das instalações na esfera nuclear, mas salientar que é de suma importância a manutenção para que se obtenha a segurança pretendida e a preservação dos bens públicos.

Temos um longo tempo de trabalho sobre os elementos elencados para manutenção. Com isso, a segurança das instalações estão sempre preservadas. As máquinas e prédios do CTMSP também estão sempre prontos para qualquer vistoria, inspeção ou visitação. Este trabalho demonstra que a manutenção é de suma importância, tanto para a preservação do bem público, bem como pelas características do CTMSP.

A contratação é viável porque essa modalidade de exclusividade da mão de obra, tem um custo menor para a Administração e garante uma melhor qualidade dos serviços executados, o que resulta em ganho substancial para a conservação dos bens envolvidos, dada pelas suas características contratuais, as quais são: disponibilidade imediata do trabalhador; treinamentos internos para melhor qualificar a mão de obra; correção de forma imediata das imperfeições constatadas; conhecimento mais profundo das atividades, das máquinas, dos locais e vários outros motivos agregados. O Apêndice A e B ampliam a noção das dimensões do CTMSP; transmite uma clara ideia do erário aqui aplicado em termos de investimentos realizados pela Nação, seja ele em máquinas, pesquisas ou patrimônio. Não há como discutir em deixar todo esse patrimônio da União degradar-se por falta de cuidados ou minimização da manutenção.

30. Providências complementares

30. Providências complementares

Este instrumento é classificado como OSTENSIVO. Os serviços a serem contratados neste processo e os resultados esperados são amplamente praticados no mercado, caracterizando um processo de Pregão sob a forma de licitação, aberto ao público e amplamente divulgado, portanto, não se justifica a classificação de documentos em RESERVADO.

31. Anexo I do ETP digital

Anexo I do ETP digital

DEMAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA O OBJETO

Pregão Eletrônico

X	TRADICIONAL (apresentar a DAO)
---	--------------------------------

Critério de Julgamento: (Marcar com X) -

X	MENOR PREÇO POR ITEM
Formalização do acordo através de: (Marcar com X)	Contrato
Há a necessidade de obrigação futura e/ou assistência técnica?	SIM (Para caso afirmativo, haverá a obrigatoriedade de Termo de Contrato)

(Marcar com X)	
Forma de fornecimento:	Parcelado
(Marcar com X)	
Item Sustentável:	NÃO
(Marcar com X)	
Forma de lance:	Menor Valor por item
Orçamento Sigiloso:	NÃO

INFORMAÇÕES DE QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O OBJETO

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da instalação do objeto, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

☐ SIM

☒ NÃO

Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação

☒ SIM

☐ NÃO

Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, em plena validade:

☐ SIM

☒ NÃO

Indicar a entidade correspondente:

32. Responsáveis:

PORTARIA N° 15/CTMSP, NA DATA DA ASSINATURA.

O DIRETOR DO CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas pelo Decreto-Lei n° 200/1967, regulamentado pelo Dec n° 83.937/1979 e de acordo com a Port n° 199/2019, da DGDNTM e a Port n° 99/MB/MD/2021, tendo em vista o que determina o art. 18 da Lei n° 14.133 /2021 e as Instruções Normativas n° 5/2017, pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, n° 40/2020 e n° 58/2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1° Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação de empresas especializadas, para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, para execução de tarefas de manutenção predial, manutenção mecânica e higienização dos sistemas de climatização, tanto no âmbito preventivo, como corretivo, necessita desta forma, contratar empresa(s) prestadora(s) de serviços dessas naturezas, face à quantidade de prédios, equipamentos de ar-condicionado, equipamentos mecânicos e similares, os quais são de sua propriedade nos imóveis da Marinha do Brasil, a fim de atender as necessidades do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

Art. 2° Designar os militares e os empregados AMAZUL abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente deste Centro Tecnológico, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Equipe especificada no artigo precedente:

I – Presidente:

CT (IM) 17.0560.21 JULIANO SAMPAIO CONEGUNDES DE SOUZA.

II – Membros:

CT (EN) 17.0518.35 LEANDRO CANTO CORTÁZIO;

CT (RM2-EN) 17.0929.49 FILIPE CHRISTO BASTOS;

1° Ten (RM2-EN) 22.3668.22 THIAGO REIS DE ALMEIDA;

1° Ten (RM2-EN) 21.4444.21 LUIS GUSTAVO GIMENES;

EA 80966 WALDEMIR JOÃO TONIN FILHO; e

EA 85968 MARIA MILENA MAIA ROCHA.

Art. 3° A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis do Centro de Intendência Tecnológico da Marinha em São Paulo. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para contratação.

33. ANEXOS– Memória de cálculo

Memória de cálculo e justificativa das quantidades para cada item

Anexos:

Apêndice I(A) - Manutenção Civil ou Predial – Preventiva e Corretiva

Item 1 – Manutenção Predial		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Postos de trabalho mão de obra vinculada a prestação dos serviços		Ajudantes	Aux. Administrativo	Eletricista	Encanador	Marceneiro	Motorista	Pedreiro	Pintor	Supervisor civil	Telhadista
Classificação Brasileira de ocupação (CBO)		717020	411005	951105	724105	771105	724315	715210	723330	710205	716210
Quantidades de postos	28	9	1	2	2	2	1	3	5	1	2

Apêndice II (B) - Manutenção Mecânica – Preventiva, Corretiva e Higienização:

Item	1	2	3	4	5	6	7	8
Postos de trabalho mão de obra vinculada a prestação dos serviços	Ajudantes	Almoxarife	Aux. Coordenação	Mecânico ar condicionado	Mecânico máquinas	Pintor industrial	Soldador	Supervisor mecânico
Classificação Brasileira de ocupação (CBO)	717020	414105	411005	725705	911305	723330	724315	910110
Quantidades de postos	16	6	1	1	4	1	1	1

34. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

34.1. Justificativa da Viabilidade

33. Declaração de Viabilidade (posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina):

Com base nos elementos anteriores apresentados por este Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade desta futura contratação.

Pelo o exposto no presente estudo técnico preliminar, considerando o contexto específico dos imóveis e as necessidades particulares dos imóveis do CTMSP, verifica-se que a adoção da licitação se apresenta como uma escolha estratégica e fundamentada para otimizar os processos de contratação e garantir a efetividade na prestação dos serviços de manutenção predial e mecânica nos diversos imóveis.

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação do objeto demandado, mediante processo de Sistema licitação, através das informações constantes neste instrumento.

Não serão necessárias adequações ao ambiente do órgão, visto que trata-se de serviços continuados onde este tipo de contrato foi implantado a algum tempo.

Não será discutido aqui a questão de segurança das instalações na esfera nuclear, mas salientar que é de suma importância a manutenção para que se obtenha a segurança pretendida e a preservação dos bens públicos.

Temos um longo tempo de trabalho sobre os elementos elencados para manutenção. Com isso, a segurança das instalações estão sempre preservadas. As máquinas e prédios do CTMSP também estão sempre prontos para qualquer vistoria, inspeção ou visitação. Este trabalho demonstra que a manutenção é de suma importância, tanto para a preservação do bem público, bem como pelas características do CTMSP.

A contratação é viável porque essa modalidade de exclusividade da mão de obra, tem um custo menor para a Administração e garante uma melhor qualidade dos serviços executados, o que resulta em ganho substancial para a conservação dos bens envolvidos, dada pelas suas características contratuais, as quais são: disponibilidade imediata do trabalhador; treinamentos internos para melhor qualificar a mão de obra; correção de forma imediata das imperfeições constatadas; conhecimento mais profundo das atividades, das máquinas, dos locais e vários outros motivos agregados. O Apêndice A e B ampliam a noção das dimensões do CTMSP; transmite uma clara ideia do erário aqui aplicado em termos de investimentos realizados pela Nação, seja ele em máquinas, pesquisas ou patrimônio. Não há como discutir em deixar todo esse patrimônio da União degradar-se por falta de cuidados ou minimização da manutenção.

35. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANO SAMPAIO CONEGUNDES DE SOUZA

Líder da Equipe de Planejamento